

Portugal na Encruzilhada

*A revolução que podia não ter acontecido e a democracia
que ficou por cumprir*

EDIÇÃO INTEGRAL

DA REFORMA IMPOSSÍVEL À DEMOCRACIA INACABADA

Portugal entre 1968 e o presente

Francisco Gonçalves

Edição de autor · 2026

Nota de edição

Esta obra é um ensaio histórico e contrafactual. Distingue factos documentados, interpretações e hipóteses sobre acontecimentos que poderiam ter seguido caminhos diferentes. O autor não pretende absolver o Estado Novo nem negar as conquistas democráticas do 25 de Abril. Pretende examinar escolhas, custos e oportunidades perdidas com base em fontes públicas e investigação económica e histórica.

© 2026 Francisco Gonçalves. Todos os direitos reservados. Edição preparada para leitura e revisão privada.

Índice

PARTE I A REFORMA IMPOSSÍVEL

Nota do autor A memória antes do slogan

Capítulo 1 1968: um regime sem Salazar

Capítulo 2 O país que mudava por baixo do regime

Capítulo 3 Industrialização, crescimento e desigualdade

Capítulo 4 A primavera que não chegou ao verão

Capítulo 5 África: o erro que bloqueou todos os outros

Capítulo 6 Os capitães e o desgaste das comissões

Capítulo 7 A Europa, a NATO e a janela externa

Capítulo 8 O caminho que poderia ter sido seguido

Capítulo 9 Os argumentos contra a hipótese gradual

Capítulo 10 1973: o tempo esgotado

Capítulo 11 A revolução que podia não ter acontecido

Cronologia Cronologia essencial da Parte I

Fontes Bibliografia selecionada da Parte I

PARTE II A DEMOCRACIA INACABADA

Prólogo A manhã seguinte

Capítulo 1 A liberdade como ganho irreversível

Capítulo 2 Descolonizar: necessidade, pressa e colapso

Capítulo 3 O PREC e a disputa pelo futuro

Capítulo 4 Nacionalizar não era a única forma de reformar

Capítulo 5 Três crises sobrepostas

Capítulo 6 A Constituição e a normalização democrática

Capítulo 7 1986: a segunda grande oportunidade

Capítulo 8 Do Estado social ao Estado fiscal

Capítulo 9 A convergência que parou

Capítulo 10 A economia política dos privilégios

Capítulo 11 A democracia cansada

Capítulo 12 A segunda oportunidade perdida?

Conclusão O futuro que ainda não aconteceu

Cronologia Cronologia essencial da Parte II

Fontes Bibliografia selecionada da Parte II

Sobre o autor Francisco Gonçalves

PARTE I

A REFORMA IMPOSSÍVEL

Portugal entre 1968 e 25 de Abril de 1974

Nota do autor: a memória antes do slogan

A história não é um tribunal sem recurso. É uma investigação sobre as decisões que produziram o presente.

Este livro nasce de uma dúvida tardia e, por isso mesmo, persistente. Durante décadas, a história contemporânea portuguesa foi-me apresentada através de uma divisão quase litúrgica: antes do 25 de Abril existia a noite; depois do 25 de Abril nasceu o dia. A liberdade política conquistada em 1974 é um facto fundamental, que não necessita de ser diminuído para que outras perguntas possam ser formuladas. Mas uma democracia segura de si não deve recear as perguntas que perturbam a narrativa oficial.

Vivi os últimos anos do regime enquanto jovem estudante no liceu da Covilhã. Recordo um país mais pobre, socialmente hierarquizado e limitado por uma autoridade que não admitia verdadeira alternância política. Recordo também uma sociedade que já mudava: fábricas, migrações internas, estudantes mais informados, famílias ligadas à Europa pela emigração, novos consumos, novas profissões e a sensação de que o isolamento não poderia durar para sempre. Entre a memória pessoal e os documentos históricos existe uma tensão fértil. A memória vê pessoas e ambientes; os documentos corrigem ilusões e colocam números onde o tempo deixou apenas impressões.

A tese deste ensaio é deliberadamente contrafactual. Pergunta se Portugal poderia ter transitado para a democracia sem a rutura militar e revolucionária de 1974, caso Marcelo Caetano tivesse iniciado uma descolonização negociada e uma abertura política irreversível entre 1968 e 1971. Um contrafactual não pretende adivinhar uma história alternativa com a segurança de quem conhece o resultado. Serve para identificar escolhas, margens de decisão e oportunidades perdidas. A história não era uma linha ferroviária com destino inevitável ao Quartel do Carmo. Era uma encruzilhada.

O argumento não transforma Marcelo Caetano num democrata escondido dentro de um regime autoritário. O Estado Novo continuava a limitar a liberdade de associação, a imprensa, a competição partidária e a capacidade de escolher o poder. A polícia política permaneceu, embora mudasse de nome. A oposição continuou sujeita a prisões, censura e condicionamentos. A chamada primavera marcelista abriu expectativas que o próprio regime acabaria por frustrar.

Também não transforma o 25 de Abril num erro sem benefício. A revolução encerrou a ditadura, restituiu liberdades, permitiu eleições plurais, abriu o acesso à educação e à saúde e tornou possível a integração europeia em condições políticas inteiramente novas. Mas esses ganhos não obrigam a aceitar como inevitáveis as nacionalizações indiscriminadas, as ocupações, a desorganização produtiva, o caos da descolonização ou a longa incapacidade de construir uma economia convergente com a Europa.

A pergunta central é dupla. Poderia o antigo regime ter produzido a sua própria transformação? E, uma vez conquistada a democracia, poderia o novo regime ter utilizado melhor a liberdade, os fundos europeus e o capital humano das gerações seguintes? Talvez Portugal tenha perdido duas oportunidades: a primeira, quando Marcelo não rompeu com a guerra; a segunda, quando a democracia confundiu modernização com despesa, desenvolvimento com subsídio e responsabilidade com alternância partidária.

Este livro não oferece uma sentença. Oferece uma investigação. A história, quando é séria, não serve para distribuir certificados de pureza. Serve para perceber por que razão o país chegou até aqui e por que motivo continua tantas vezes a prometer o futuro com os métodos do passado.

CAPÍTULO 1

1968: um regime sem Salazar

Um sistema pode mudar de rosto e conservar intacta a sua impossibilidade.

Em setembro de 1968, Portugal mudou de chefe sem mudar de regime. Salazar, incapacitado depois de uma queda, foi substituído por Marcelo Caetano. A operação política procurava garantir continuidade, mas continha uma contradição: o homem escolhido para preservar o edifício conhecia melhor do que muitos dos seus defensores a necessidade de o reformar.

Marcelo era jurista, professor, antigo dirigente da Mocidade Portuguesa e figura central do Estado Novo. Não era um opositor infiltrado. Tinha participado na construção intelectual e administrativa do regime. Contudo, distinguia-se de Salazar pelo estilo, pela sensibilidade social e pela consciência de que Portugal já não podia viver como se a Europa do pós-guerra não existisse. A televisão, a emigração e o comércio internacional tinham começado a dissolver as paredes do isolamento.

O novo chefe do Governo falou de renovação na continuidade. A fórmula era engenhosa porque prometia mudança sem assustar os conservadores. Era também impossível de sustentar durante muito tempo. Renovar implicava alterar relações de poder; continuar implicava não tocar nos fundamentos. Marcelo tentaria caminhar entre as duas margens e acabaria sem alcançar nenhuma.

Nos primeiros meses surgiram sinais de abertura. Houve libertação de alguns presos políticos, regressos tolerados, maior diversidade na imprensa e expectativas de participação eleitoral. As eleições legislativas de 1969 permitiram candidaturas oposicionistas, embora sem partidos legalizados, com recenseamento deficiente, campanha limitada e um aparelho estatal inteiramente favorável à União Nacional. A Assembleia recebeu um pequeno grupo de deputados que formaria a chamada Ala Liberal.

A abertura tinha limites visíveis. A censura persistia, mesmo quando recebia nomes administrativos menos brutais. A PIDE tornou-se Direção-Geral de Segurança, uma mudança que não dissolveu a natureza policial do sistema. A oposição continuava sem meios equivalentes aos do regime. A eleição não decidia quem governava; apenas media até onde a autoridade tolerava a contestação.

Ainda assim, 1968 foi um momento real de possibilidade. O país estava cansado do imobilismo, mas não existia uma maioria organizada a exigir uma revolução. Muitos portugueses poderiam ter aceitado uma transição gradual: eleições progressivamente livres, autonomia sindical, liberdade de imprensa e uma solução política para África. Havia espaço para uma evolução semelhante à que, anos depois, ocorreria em Espanha, embora as diferenças entre os dois países fossem consideráveis.

O problema foi que Marcelo tentou reformar o regime sem enfrentar o núcleo que o tornava irreformável. A guerra colonial absorvia recursos, condicionava a política externa e fortalecia os

setores militares e civis que viam qualquer concessão como traição. A própria legitimidade imperial do Estado Novo dependia da ideia de Portugal pluricontinental. Negociar com os movimentos de libertação não seria apenas alterar uma política; seria admitir que uma das narrativas fundadoras do regime tinha chegado ao fim.

A partir desse ponto, cada pequena abertura gerava resistência interna, e cada recuo desiludia quem esperava mudança. Marcelo não herdou apenas um Governo. Herdou uma armadilha: para salvar o regime teria de desmontá-lo; para o manter intacto teria de conduzi-lo ao colapso.



CAPÍTULO 2

O país que mudava por baixo do regime

A sociedade atravessa fronteiras muito antes de os governos abrirem as portas.

A imagem de Portugal no final da década de 1960 não cabe num único retrato. Era um país pobre, com fortes desigualdades, escolaridade limitada e vastas zonas rurais atrasadas. Mas era também uma sociedade em transformação acelerada. O erro das narrativas simplificadoras consiste em escolher apenas uma dessas realidades.

A emigração desempenhou um papel decisivo. Centenas de milhares de portugueses partiram para França, Alemanha, Luxemburgo, Suíça e outros destinos europeus. Muitos fugiam à pobreza e alguns à guerra. Enviavam remessas, regressavam de férias com automóveis, eletrodomésticos, hábitos e ideias. A fronteira política permanecia fechada, mas a fronteira social tornava-se porosa. Em cada aldeia surgiam comparações incômodas entre o salário português e o salário europeu.

As cidades cresciam. Lisboa e Porto atraíam população, enquanto zonas industriais como Setúbal, Aveiro, Braga, Leiria e a própria Covilhã se transformavam. A indústria têxtil, metalomecânica, química, alimentar, elétrica e de materiais de construção ganhava peso. O país integrara a EFTA em 1960 e aproximava-se dos

mercados europeus. A modernização não era uniforme nem suficiente, mas existia.

A televisão modificou a percepção do tempo político. A informação era controlada, porém as imagens do mundo entravam nas casas. A guerra do Vietname, os movimentos estudantis, a música, o consumo e a cultura juvenil produziam uma realidade que não cabia no discurso oficial. Os jovens não precisavam de ler tratados políticos para perceber que a sociedade dos pais estava a perder autoridade.

No ensino secundário e superior, o crescimento do número de estudantes criava novas expectativas. A universidade continuava reservada a uma minoria, mas essa minoria era maior e menos obediente. As crises académicas revelaram que o regime tinha dificuldade em lidar com uma geração que exigia participação e questionava a guerra. Cada estudante mobilizado para África transportava para as Forças Armadas parte desse descontentamento.

As mudanças económicas, porém, conviviam com fragilidades profundas. A produtividade era baixa em muitos setores, os salários permaneciam reduzidos, a proteção social era limitada e a emigração funcionava como válvula de escape. O crescimento dependia também das remessas, do turismo nascente, do investimento estrangeiro e de mercados coloniais protegidos. Não existia um milagre económico comparável ao de países mais desenvolvidos, mas existia uma trajetória de industrialização que não deve ser apagada.

Esta sociedade em mudança era potencialmente favorável a uma transição reformista. Uma classe média emergente, empresários ligados à Europa, técnicos, professores, estudantes e trabalhadores urbanos tinham interesse numa maior abertura. Nem todos eram democratas convictos, mas muitos queriam instituições mais previsíveis, menos censura e uma economia menos condicionada pela guerra.

O regime enfrentava, portanto, uma pressão que não vinha apenas da oposição organizada. Vinha da vida quotidiana. Um país que exportava trabalhadores para democracias europeias e importava os seus produtos e costumes não poderia manter indefinidamente uma arquitetura política dos anos 1930.

Marcelo percebeu essa mudança, mas não a transformou numa coligação política capaz de derrotar os imobilistas. A modernização social avançou mais depressa do que a reforma institucional. Quando um sistema político se move mais lentamente do que a sociedade que governa, a estabilidade aparente começa a acumular energia de rutura.



CAPÍTULO 3

Industrialização, crescimento e desigualdade

Crescer não é o mesmo que distribuir; mas negar o crescimento também não distribui verdade.

A economia portuguesa das duas décadas anteriores a 1974 conheceu uma expansão significativa. Estudos do Banco de Portugal, do Fundo Monetário Internacional e de historiadores económicos identificam um processo de crescimento, transformação estrutural e convergência parcial com a Europa. Reconhecer isto não equivale a elogiar a ditadura; equivale a recusar que a análise económica seja usada como instrumento de devoção política.

A agricultura perdeu peso relativo, enquanto a indústria, a construção e os serviços cresceram. A abertura comercial promovida pela EFTA favoreceu exportações industriais e expôs empresas à concorrência. Grupos económicos portugueses ampliaram atividades na banca, seguros, energia, transportes e indústria. Empresas estrangeiras instalaram unidades produtivas atraídas por custos laborais baixos e acesso a mercados.

O crescimento tinha bases reais, mas também limitações. Uma parte da competitividade resultava de salários reduzidos, fraca proteção laboral e baixo nível de qualificação. O poder económico encontrava-se concentrado em grandes grupos, próximos do Estado e protegidos por condicionamentos industriais. O corporativismo

restringia sindicatos livres e negociação independente. A estabilidade empresarial era obtida, em parte, pela limitação da liberdade dos trabalhadores.

A guerra colonial impunha um custo elevado. Em determinados anos, a despesa militar absorveu uma parcela muito significativa dos recursos públicos. Mais de uma centena de milhares de militares estavam mobilizados em África no final do regime. Para um país pequeno, a manutenção simultânea de operações em Angola, Guiné e Moçambique constituía uma carga humana, financeira e administrativa extraordinária.

Os mercados coloniais ofereciam vantagens a algumas empresas, mas também criavam dependências. Em 1973, as colónias representavam uma parcela relevante do comércio português. Uma descolonização desordenada teria inevitavelmente efeitos económicos, enquanto uma transição negociada poderia permitir acordos comerciais, proteção de pessoas e continuidade de investimentos.

É importante distinguir entre o potencial produtivo existente e a justiça social. Portugal crescia, mas continuava atrasado em alfabetização, saúde, habitação e proteção social. Muitas famílias dependiam da emigração. A mortalidade infantil era elevada quando comparada com a Europa ocidental. A pobreza rural e urbana coexistia com a riqueza de grupos favorecidos.

O país não era, portanto, um paraíso industrial destruído por revolucionários, nem um deserto económico criado do nada pela

democracia. Era uma economia em modernização, desigual e institucionalmente fechada. Tinha empresas, técnicos, infraestruturas e capacidade exportadora que deveriam ter sido preservados numa transição política responsável. Tinha também injustiças que exigiam reformas profundas.

O contrafactual deste livro começa aqui. Se Marcelo tivesse encerrado a guerra e aberto o regime, a poupança militar e o acesso político à Europa poderiam ter acelerado investimento em educação, saúde e tecnologia. A democratização gradual poderia ter reformado a estrutura económica sem a vaga de expropriações, fuga de capitais e rutura de gestão que marcou parte do período revolucionário.

Nada garante que isso aconteceria. Os grupos económicos poderiam resistir à redistribuição; as elites poderiam tentar capturar a abertura; a oposição poderia rejeitar reformas insuficientes. Mas existia uma base produtiva que tornava plausível uma transição semelhante à de outras economias do sul da Europa.

A questão não é saber se Portugal crescia. Crescia. A questão é saber se esse crescimento poderia ter sido convertido, por uma reforma política corajosa, numa modernização social mais rápida e numa democracia menos traumatizada. O regime possuía recursos para mudar, mas continuava a gastar parte decisiva deles numa guerra sem solução.



CAPÍTULO 4

A primavera que não chegou ao verão

A reforma sem poder é apenas uma promessa administrada.

A expressão “primavera marcelista” tornou-se uma das fórmulas mais conhecidas da história política portuguesa. Contém esperança e ironia. Houve abertura, mas foi curta, limitada e reversível. As expectativas criadas por Marcelo Caetano acabaram por tornar mais evidente a incapacidade do regime para se reformar.

A estratégia inicial procurou aproximar setores moderados, reduzir a rigidez pública e renovar a União Nacional. A televisão foi usada por Marcelo para estabelecer uma comunicação direta com o país. O estilo era menos austero do que o de Salazar. Falava de problemas sociais, modernização e participação. Para muitos portugueses, essa mudança de linguagem parecia anunciar uma transformação real.

A Ala Liberal na Assembleia Nacional tornou-se o laboratório dessa possibilidade. Deputados como Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão defenderam maior liberdade de imprensa, revisão constitucional, garantias jurídicas e reformas eleitorais. Não eram revolucionários. Pretendiam alterar o sistema por dentro, demonstrando que existia um caminho entre a continuidade autoritária e a rutura.

O regime respondeu com tolerância limitada e resistência crescente. As propostas liberais raramente produziam mudanças substanciais. A revisão constitucional de 1971 não abriu uma verdadeira competição pelo poder. Alguns deputados renunciaram ou recusaram recandidatar-se, concluindo que a margem de reforma era ilusória. O sistema absorvera a crítica sem permitir que ela alterasse o centro de decisão.

Ao mesmo tempo, a repressão voltou a endurecer. A guerra continuava, as crises académicas multiplicavam-se e a oposição era vigiada. O assassinato de Humberto Delgado em 1965 ainda pesava na memória. A mudança de PIDE para DGS não eliminou a polícia política. A censura adaptava procedimentos, mas conservava a função.

Marcelo enfrentava um dilema pessoal e institucional. Se avançasse rapidamente, arriscava a oposição do Presidente Américo Tomás, dos militares conservadores, dos interesses coloniais e dos “ultras” do regime. Se recuasse, perderia os reformistas e mostraria que a abertura era apenas cosmética. Escolheu frequentemente o compromisso, o que, em períodos de transição, costuma desagradar a todos.

A primavera marcelista demonstra que o regime não era absolutamente imóvel. Existiam correntes, divergências e pessoas dispostas a mudar. Mas mostra também que a reforma exigia uma decisão de poder: alguém teria de romper com os setores que bloqueavam a transformação. Marcelo tentou convencê-los quando precisava de os derrotar politicamente.

A possibilidade de democratização gradual não dependia apenas de boas intenções. Exigia um calendário público: legalização progressiva de partidos, eleições verificáveis, liberdade de imprensa, reforma sindical, garantias judiciais e negociação colonial. Sem compromissos irreversíveis, cada abertura podia ser anulada.

O fracasso da primavera não prova que a reforma era impossível em 1968. Prova que se tornou cada vez mais difícil à medida que o Governo adiava as decisões fundamentais. O tempo político não é neutro. Uma reforma adiada pode transformar-se numa revolução antecipada.

Em 1971, a oportunidade já estava mais estreita. Em 1973, com o descontentamento militar organizado, era quase residual. Marcelo governou como se pudesse comprar tempo. A guerra, porém, cobrava juros.



CAPÍTULO 5

África: o erro que bloqueou todos os outros

Uma guerra sem solução militar acaba por ocupar o lugar da política.

A guerra colonial não foi apenas mais um problema do Governo de Marcelo Caetano. Foi o problema que condicionou todos os restantes. Consumiu recursos, desgastou as Forças Armadas, isolou diplomaticamente Portugal e impediu uma abertura política coerente.

Desde 1961, Portugal combatia movimentos de libertação em Angola, Guiné e Moçambique. O regime recusava a palavra “colónias” e falava de províncias ultramarinas integrantes de uma nação pluricontinental. A formulação constitucional procurava transformar uma realidade imperial numa unidade jurídica. No terreno, porém, existiam guerras distintas, sociedades diversas e movimentos nacionalistas apoiados por redes internacionais.

Marcelo sabia que uma vitória militar definitiva era improvável. Na Guiné, a situação era particularmente difícil. Em Angola e Moçambique, a presença portuguesa tinha maior profundidade demográfica e económica, mas a guerra continuava sem horizonte político. Manter a posição exigia mobilização permanente de jovens, despesas elevadas e controlo interno.

Uma solução negociada teria sido complexa. Os movimentos de libertação não eram homogêneos. Em Angola, MPLA, FNLA e UNITA disputavam legitimidade e apoio externo. Em Moçambique, a FRELIMO era dominante, mas existiam tensões internas. Na Guiné, o PAIGC alcançara reconhecimento crescente. Qualquer processo de transição teria de lidar com colonos, populações africanas, minorias, interesses económicos e a rivalidade da Guerra Fria.

Complexidade não significa impossibilidade. Outras potências europeias tinham iniciado processos de independência, alguns violentos e outros negociados. Portugal poderia ter proposto autonomia progressiva, eleições locais, garantias internacionais, calendários de independência e acordos de cooperação. Uma iniciativa entre 1968 e 1970 teria ocorrido antes do colapso militar e antes de os movimentos considerarem inevitável a vitória total.

Os Estados Unidos e os parceiros europeus teriam razões para apoiar uma solução. Portugal era membro fundador da NATO, os Açores tinham valor estratégico e a Europa ocidental preferia uma transição estável a uma radicalização africana. O apoio externo não seria incondicional, mas poderia fornecer mediação, financiamento e garantias.

O obstáculo principal era interno. A identidade do regime estava ligada ao império. Os colonos temiam abandono. Os setores conservadores interpretavam qualquer negociação como capitulação. Marcelo receava que a abertura do problema colonial provocasse a desagregação do próprio Estado Novo.

A decisão de não decidir teve consequências. Cada ano de guerra aumentava o número de oficiais com experiência operacional e frustração política. A distância entre a propaganda oficial e a realidade militar tornava-se mais evidente. Os jovens oficiais percebiam que lhes era pedido para administrar indefinidamente um problema sem solução política.

A insistência colonial bloqueou também a aproximação democrática à Europa. Um Governo que mantinha guerras de autodeterminação e censura interna não podia apresentar-se como candidato natural à comunidade política europeia, mesmo quando a economia já se integrava comercialmente.

Se Marcelo tivesse rompido com a doutrina imperial, talvez perdesse o apoio dos ultras. Mas poderia ter ganho o apoio dos militares cansados, dos reformistas, de empresários europeizados e das potências ocidentais. Preferiu conservar uma unidade aparente. Acabou por perder o regime, as colónias e a possibilidade de organizar a transição.



CAPÍTULO 6

Os capitães e o desgaste das comissões

Quando o poder civil recusa decidir, os quartéis começam a discutir o país.

O Movimento das Forças Armadas não nasceu de um súbito despertar ideológico coletivo. A sua origem imediata esteve ligada a questões profissionais, carreiras e ao Decreto-Lei n.º 353/73, que alterava condições de acesso ao quadro permanente. Mas o conflito corporativo encontrou combustível numa experiência muito mais profunda: treze anos de guerra sem solução.

As sucessivas comissões em África criaram uma geração de oficiais que conhecia o terreno, o custo humano e a distância entre os discursos de Lisboa e as possibilidades militares. Muitos não eram revolucionários marxistas. Eram profissionais cansados de executar uma política que o poder civil se recusava a resolver.

A guerra produziu também uma transformação social dentro das Forças Armadas. Oficiais milicianos com formação universitária levavam para os quartéis ideias e debates da sociedade civil. Capitães do quadro permanente conviviam com populações africanas, observavam o nacionalismo e percebiam que a manutenção indefinida do império exigiria um esforço que o país não podia sustentar.

O livro *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola, publicado em fevereiro de 1974, deu expressão pública à ideia de que não existia solução exclusivamente militar. Spínola não defendia necessariamente uma independência imediata nos termos que acabariam por ocorrer, mas a sua intervenção rompeu o consenso oficial e mostrou que a divergência chegara ao topo militar.

Se a guerra tivesse sido encaminhada politicamente anos antes, o movimento dos capitães poderia ter permanecido corporativo. Sem comissões sucessivas, sem a percepção de inutilidade estratégica e sem o conflito entre promoções, seria mais difícil construir uma organização nacional capaz de derrubar o Governo.

Isto não significa que os militares teriam aceitado qualquer solução. Existiam divisões profundas sobre o futuro das colónias e do regime. Mas a principal força agregadora era o fim da guerra. O programa do MFA combinou democratização, descolonização e desenvolvimento porque essas dimensões se tinham tornado inseparáveis.

A intervenção militar criou um paradoxo: para abrir a democracia, foi necessário suspender a cadeia de comando de um Estado autoritário através de um golpe. A operação de 25 de Abril foi quase incruenta, mas entregou às Forças Armadas um papel político que condicionaria os anos seguintes. A tutela militar, as fações internas e o PREC nasceram também dessa forma de transição.

Uma mudança liderada pelo poder civil, antes de 1974, poderia ter evitado a militarização da política. Eleições progressivamente livres e

negociações coloniais conduzidas por um Governo reformista teriam mantido os quartéis fora da disputa partidária. Não garantiriam estabilidade, mas reduziriam a possibilidade de unidades militares se tornarem árbitros ideológicos.

Marcelo Caetano reconheceu, no final, que o poder estava perdido. A rendição no Quartel do Carmo foi feita a Spínola para evitar que o poder “caísse na rua”. A frase revela o seu temor do vazio revolucionário. O drama é que esse vazio fora criado, em parte, pela recusa anterior de construir uma transição institucional.

Os militares não derrubaram apenas um regime cansado. Ocuparam o espaço que a política civil deixara vazio.



CAPÍTULO 7

A Europa, a NATO e a janela externa

Portugal estava economicamente na Europa e politicamente preso ao império.

Portugal não estava isolado do Ocidente, apesar do autoritarismo e da guerra. Era membro fundador da NATO, mantinha relações estratégicas com os Estados Unidos e integrava a EFTA. Em 1972, assinou um acordo comercial com a Comunidade Económica Europeia. A economia aproximava-se da Europa antes de a política estar preparada para essa aproximação.

A posição dos Açores oferecia ao país importância estratégica no Atlântico. Washington valorizava o acesso às bases, sobretudo em contexto de Guerra Fria. Essa relevância protegia parcialmente o regime de pressões mais fortes, mas não eliminava o desconforto norte-americano com a política africana. Os Estados Unidos tinham interesses contraditórios: necessitavam de Portugal na NATO e queriam relações com os novos Estados africanos.

Os países europeus também teriam vantagens numa transição portuguesa controlada. Uma descolonização negociada reduziria conflitos e permitiria uma aproximação política futura. A experiência das democracias cristãs, sociais-democratas e liberais europeias poderia apoiar a criação de partidos moderados, sindicatos livres e instituições eleitorais.

O cenário contrafactual exige, porém, prudência. O apoio ocidental não seria uma garantia de democracia perfeita. Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e países europeus apoiaram regimes autoritários quando os consideravam estratégicos. Poderiam aceitar uma liberalização limitada, desde que Portugal permanecesse estável e anticomunista.

Ainda assim, uma iniciativa clara de Marcelo teria alterado o cálculo externo. Um calendário para eleições livres, combinado com negociações em África e manutenção das alianças ocidentais, permitiria apresentar Portugal como país em transição, não como último império europeu agarrado a uma guerra.

O apoio económico poderia ter sido decisivo. A redução da despesa militar libertaria recursos, mas a reintegração de soldados e a reorganização das colónias exigiriam financiamento. Programas europeus e norte-americanos poderiam apoiar educação, habitação, indústria e infraestruturas. Os interesses económicos europeus já presentes em Portugal favoreceriam estabilidade jurídica.

Também existiam riscos. A União Soviética e a China apoiavam movimentos africanos; os Estados Unidos poderiam tentar influenciar soluções; a África do Sul e a Rodésia tinham interesses regionais; os colonos portugueses receavam perder propriedades e segurança. A negociação exigiria mediação internacional competente e garantias que não existiram na descolonização acelerada posterior.

A janela externa estava mais aberta entre 1968 e 1971 do que em 1974. Nessa fase, o regime ainda controlava o aparelho de Estado, as

Forças Armadas não estavam politicamente fraturadas e a economia mantinha crescimento. Quanto mais Marcelo adiou, menor ficou a sua capacidade de impor condições.

A Europa não salvaria Portugal de si próprio. Nenhuma potência externa poderia substituir a decisão política interna. Mas o contexto internacional oferecia incentivos e instrumentos para uma transição gradual. O país tinha uma ponte económica para o continente; faltava-lhe atravessá-la politicamente.



CAPÍTULO 8

O caminho que poderia ter sido seguido

A história alternativa serve para medir a dimensão das escolhas reais.

Um contrafactual útil não deve limitar-se a afirmar que “poderia ter sido diferente”. Deve propor uma sequência plausível de decisões. Entre 1968 e 1971, Marcelo Caetano poderia ter lançado uma transição em quatro frentes: colonial, política, social e europeia.

A primeira decisão teria de ser colonial. O Governo anunciaria o princípio da autodeterminação, diferenciando calendários conforme os territórios. Iniciaria contactos discretos com PAIGC, FRELIMO e movimentos angolanos, recorrendo a mediadores africanos e europeus. Proporia cessar-fogos graduais, libertação de presos, participação política e conferências constitucionais.

A segunda frente seria interna. A censura seria substituída por legislação de imprensa sujeita a tribunais comuns. A DGS perderia competências políticas e seria submetida a fiscalização judicial. Partidos poderiam organizar-se antes de eleições legislativas marcadas para 1972 ou 1973, com recenseamento verificado e observadores internacionais discretos.

A terceira frente envolveria as Forças Armadas. Um plano de redução progressiva das operações, acompanhado de reforma de

carreiras e reintegração profissional, diminuiria o descontentamento. Oficiais com experiência africana participariam na negociação e na construção de forças de segurança dos futuros Estados, convertendo um problema corporativo numa missão de transição.

A quarta frente seria económica e social. Parte da despesa militar seria transferida para educação básica, formação técnica, saúde pública, habitação e modernização industrial. Sindicatos livres seriam reconhecidos, com mecanismos de negociação coletiva que evitassem tanto a repressão como a explosão descontrolada posterior.

Marcelo necessitaria de uma coligação. A Ala Liberal, empresários exportadores, técnicos, setores católicos reformistas, militares moderados e parceiros europeus poderiam formar a base política. Os conservadores reagiriam, possivelmente tentando afastá-lo. O Presidente Américo Tomás seria um obstáculo. A transição exigiria coragem para provocar uma crise constitucional e vencer os defensores da continuidade.

O resultado não seria necessariamente uma democracia estável imediata. Poderiam ocorrer violência colonial, tentativas de golpe, polarização social e conflito entre movimentos africanos. A oposição portuguesa poderia considerar a abertura insuficiente. O PCP, o PS nascente e outras forças disputariam o processo. Mas a existência de instituições civis e calendário eleitoral reduziria o espaço para a tutela militar.

Uma transição gradual teria também de garantir os direitos das populações africanas, não apenas os interesses portugueses. Não

poderia ser uma manobra para prolongar o domínio sob outro nome. A legitimidade internacional dependeria de aceitar independências reais.

O cenário mais plausível seria uma monarquia? Não. Uma república parlamentar ou semipresidencial poderia emergir, com partidos democráticos cristãos, sociais-democratas, socialistas e comunistas. A Constituição seria menos marcada pela linguagem revolucionária e mais próxima das democracias europeias, embora incorporasse direitos sociais.

A principal vantagem estaria na continuidade administrativa e produtiva. Empresas poderiam ser reguladas, tributadas e sujeitas a concorrência sem nacionalização generalizada. A banca seria supervisionada, não necessariamente expropriada. A reforma agrária poderia ocorrer por incentivos, crédito e limites fundiários, evitando ocupações indiscriminadas.

Nada disto era garantido. Mas era possível. A história real demonstra que Portugal possuía pessoas e instituições capazes de construir a democracia depois de uma revolução. Essas mesmas capacidades poderiam ter sido mobilizadas antes, se o poder tivesse aberto a porta em vez de esperar que os militares a arrombassem.



CAPÍTULO 9

Os argumentos contra a hipótese gradual

Uma hipótese séria deve sobreviver às melhores objeções, não apenas aos aplausos.

Uma tese contrafactual deve enfrentar as objeções mais fortes. A primeira é simples: o Estado Novo era estruturalmente incapaz de se democratizar. A polícia, a censura, o partido único, os interesses económicos e a ideologia imperial formavam um sistema que não poderia ser reformado sem deixar de existir.

A objeção tem peso. A experiência da Ala Liberal mostra que o regime absorvia propostas sem alterar o poder. Marcelo dependia de Américo Tomás, das Forças Armadas e dos ultras. Não controlava inteiramente o aparelho. Uma tentativa de descolonização poderia provocar a sua destituição ou um golpe conservador.

A segunda objeção é colonial. Os movimentos de libertação tinham sacrificado milhares de vidas e poderiam recusar soluções graduais. Depois de anos de guerra, aceitariam apenas independência plena. Em Angola, a rivalidade entre movimentos tornaria qualquer calendário perigoso. Os colonos poderiam resistir pela força.

A terceira objeção é social. A repressão acumulada criara exigências que uma abertura moderada talvez não satisfizesse. Trabalhadores, estudantes e oposicionistas poderiam transformar

eleições iniciais numa contestação radical. A transição não evitaria conflito; apenas o deslocaria.

A quarta objeção é comparativa. A Espanha realizou uma transição gradual depois da morte de Franco, mas tinha condições diferentes: uma monarquia preparada para a sucessão, ausência de guerra colonial em três frentes, maior industrialização e apoio europeu mais claro. Usar Espanha como modelo automático seria erro.

Estas objeções impedem certezas, mas não anulam a hipótese. Regimes autoritários podem transformar-se quando setores internos concluem que a abertura protege melhor os seus interesses do que a repressão. A própria existência de reformistas, liberais e militares moderados mostra que o sistema não era monolítico.

A guerra dificultava a transição, mas era precisamente por isso que uma iniciativa precoce era necessária. Em 1968, os movimentos africanos tinham força, porém o Estado português ainda possuía capacidade negocial superior à de 1974. Esperar reduziu opções.

Quanto à pressão social, eleições e sindicatos livres poderiam canalizá-la institucionalmente. Não eliminariam greves ou protestos, mas permitiriam que a disputa ocorresse através de partidos e parlamento, em vez de unidades militares, comissões revolucionárias e ocupações.

A comparação espanhola deve ser usada como contraste, não como receita. Demonstra apenas que uma ditadura ibérica podia ser desmontada por negociação entre elites e oposição, preservando parte

do Estado e evitando uma revolução económica. Portugal poderia ter seguido caminho próprio.

O argumento mais forte contra a hipótese gradual talvez seja Marcelo. A transição exigia um líder disposto a arriscar o poder e a romper com a sua própria biografia. Ele mostrou inteligência para diagnosticar problemas, mas não determinação para impor a solução. Uma possibilidade histórica pode existir sem que exista a pessoa capaz de a realizar.

Por isso, a tese deste livro não afirma que a reforma aconteceria. Afirma que havia condições suficientes para a tentar e que a recusa dessa tentativa contribuiu para tornar a revolução provável. A inevitabilidade foi produzida por escolhas.



CAPÍTULO 10

1973: o tempo esgotado

O tempo que um Governo compra à reforma é frequentemente cobrado pela crise.

Em 1973, a oportunidade de reforma estava quase consumida. O choque petrolífero agravava a economia internacional, a guerra continuava, a Ala Liberal perdera esperança e o descontentamento militar organizava-se. O regime chegava ao fim sem reconhecer que o fim já começara.

O Decreto-Lei n.º 353/73 funcionou como catalisador entre oficiais. A questão das carreiras parecia técnica, mas tocava no reconhecimento profissional de quem suportava a guerra. Reuniões de capitães evoluíram para uma estrutura clandestina. A reivindicação corporativa tornou-se política porque qualquer solução duradoura exigia mudar o Governo.

A publicação de Portugal e o Futuro, de Spínola, em fevereiro de 1974, tornou pública a rutura. Quando um general de prestígio afirmava que a guerra não tinha solução militar, a doutrina oficial ficava exposta. O afastamento de Spínola e Costa Gomes não restaurou a autoridade; mostrou o isolamento do Executivo.

Marcelo tinha ainda instrumentos repressivos, mas utilizá-los em larga escala contra os militares poderia precipitar conflito. A tentativa falhada de 16 de março nas Caldas da Rainha revelou que existia

conspiração e que o Governo não dominava inteiramente as Forças Armadas. Um mês depois, o movimento estava mais preparado.

A 25 de Abril, a operação militar encontrou pouca resistência. A rapidez do colapso é uma medida da erosão do regime. Sistemas políticos aparentemente sólidos podem cair em horas quando as instituições já deixaram de acreditar neles.

A população ocupou as ruas e transformou um golpe militar num acontecimento popular. Os cravos simbolizaram a ausência de violência generalizada e a alegria de uma liberdade esperada. A revolução ganhou legitimidade social imediata.

Nesse momento, a transição gradual deixara de ser opção. O poder passava para uma coligação heterogénea de militares, partidos emergentes e movimentos sociais. As decisões sobre África, economia e Constituição seriam tomadas sob pressão, sem um plano consensual e com forte competição ideológica.

A responsabilidade de Marcelo não consiste em não ter previsto cada detalhe. Consiste em ter governado durante mais de cinco anos sem resolver a questão que tornava todos os outros problemas insolúveis. A prudência converteu-se em paralisia.

O regime caiu por falta de capacidade para mudar e por excesso de confiança na obediência. Os militares continuariam nos quartéis se a guerra tivesse terminado? Não podemos saber. Mas é plausível que, sem o conflito colonial e sem o problema das carreiras associado à mobilização, o MFA não tivesse adquirido a mesma força nem o mesmo objetivo político.

O 25 de Abril foi necessário no dia em que aconteceu porque as alternativas tinham sido fechadas nos anos anteriores. A necessidade não estava escrita em 1968. Foi construída, decisão após decisão, adiamento após adiamento.



CAPÍTULO 11

A revolução que podia não ter acontecido

A inevitabilidade é muitas vezes o nome dado, depois, às decisões que não tivemos coragem de tomar.

A expressão que dá título a esta tese deve ser entendida com rigor. Dizer que a revolução podia não ter acontecido não significa desejar a continuação da ditadura. Significa admitir que a democratização poderia ter sido iniciada pelo poder civil antes de uma rutura militar.

Se Marcelo tivesse negociado a descolonização, as Forças Armadas perderiam o principal motivo de mobilização política. Se tivesse legalizado partidos e preparado eleições livres, a oposição encontraria uma via institucional. Se tivesse reduzido a censura e reformado a polícia, a sociedade poderia organizar a mudança sem depender dos quartéis.

A transformação seria provavelmente tensa. Os defensores do império reagiriam. As forças de esquerda exigiriam mais rapidez. Os movimentos africanos pressionariam. Poderiam ocorrer golpes e violência. Não existe transição sem risco quando décadas de autoritarismo acumulam conflitos.

Mas a continuidade do Estado, das empresas e da administração permitiria reduzir custos. A descolonização poderia ser preparada com inventários, proteção de pessoas, acordos de nacionalidade,

circulação e património. Os retornados teriam apoio planeado. Relações económicas com os novos países poderiam ser preservadas.

A democracia resultante talvez fosse mais moderada e menos socializante. A Constituição não incluiria o objetivo de transição para o socialismo nos termos de 1976. A banca e os seguros poderiam permanecer privados sob regulação. A reforma agrária seria mais limitada. Esta diferença teria efeitos sobre investimento e propriedade.

Também é possível que a transição gradual preservasse excessivamente as elites e atrasasse direitos sociais. A escola, a saúde e a proteção laboral poderiam avançar mais lentamente. Uma democracia negociada pode evitar destruição, mas também proteger privilégios. O contrafactual não é um paraíso; é uma combinação diferente de ganhos e perdas.

O valor da hipótese está em libertar o debate da falsa escolha entre ditadura e PREC. Portugal não estava condenado a escolher entre repressão política e desorganização revolucionária. Existiam modelos europeus de democratização com reforma económica, embora nenhum pudesse ser copiado integralmente.

A conclusão da primeira parte é amarga. Marcelo Caetano teve uma oportunidade limitada, mas real, de iniciar a transformação. Não a utilizou. A sua fidelidade ao império e o medo de dividir o regime impediram-no de construir uma maioria para a mudança.

O 25 de Abril libertou Portugal porque o Governo não o fez. Mas, ao chegar através dos militares e sob a urgência da guerra, abriu um

período em que a liberdade política coexistiu com improvisação económica, descolonização acelerada e disputa revolucionária.

A segunda parte deste livro não perguntará se Abril trouxe liberdade. Trouxe. Perguntará o que Portugal fez com ela e se a democracia, depois de receber uma oportunidade histórica extraordinária, conseguiu transformar o país à altura das promessas.



Cronologia essencial

Data	Acontecimento
1960	Portugal integra a EFTA, aprofundando a abertura comercial europeia.
1961	Início da guerra em Angola; o conflito estende-se depois à Guiné e a Moçambique.
1968	Marcelo Caetano substitui Salazar na Presidência do Conselho.
1969	Eleições legislativas; entrada da Ala Liberal na Assembleia Nacional.
1971	Revisão constitucional; frustração crescente dos reformistas.
1972	Acordo comercial entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia.
1973	Decreto-Lei n.º 353/73 e organização do Movimento dos Capitães.
Fevereiro de 1974	Publicação de Portugal e o Futuro, de António de Spínola.
16 de março de 1974	Tentativa militar das Caldas da Rainha.
25 de abril de 1974	Golpe do MFA, queda do Governo e abertura do processo revolucionário.

Fontes e bibliografia selecionada

As referências seguintes sustentam o enquadramento factual. A interpretação e o exercício contrafactual pertencem ao autor.

Assembleia da República. As eleições legislativas de 1969.

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/eleicoes-legislativas-1969.aspx>

Assembleia da República. A Ala Liberal e a Revisão Constitucional de 1971.

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/ala-liberal-1971.aspx>

Assembleia da República. Estado Novo: documentação histórica.

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/EstadoNovo.aspx>

Office of the Historian, U.S. Department of State. Foreign Relations of the United States: Portugal, 1969-1976.

<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d132>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. 1973-1978: Três crises, uma longa recessão. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/1973-1978-tres-crises-uma-longa-recessao>

Fundo Monetário Internacional. Recent Economic Developments in Portugal.

<https://www.elibrary.imf.org/view/journals/024/1966/002/article-A005-en.xml>

Banco de Portugal. The Portuguese economy in the twentieth century.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/paper_1.pdf

Arquivo RTP. Guerra Colonial e 25 de Abril: arquivo audiovisual. <https://arquivos.rtp.pt/>

Centro de Documentação 25 de Abril. Cronologias e documentação do período. <https://www.cd25a.uc.pt/>

António de Spínola. Portugal e o Futuro. Referência bibliográfica: Arcádia, 1974.

PARTE II

**A DEMOCRACIA
INACABADA**

*Da liberdade conquistada ao desenvolvimento
incompleto*

Prólogo: a manhã seguinte

A história não é um tribunal sem recurso. É uma investigação sobre as decisões que produziram o presente.

A manhã de 25 de Abril de 1974 abriu as portas que o regime mantivera fechadas. A censura caiu, os presos políticos foram libertados, os partidos emergiram e milhões de portugueses descobriram a experiência direta de discutir o poder. A liberdade não é uma nota de rodapé neste livro; é o seu ponto de partida.

Mas a história não terminou nessa manhã. A revolução colocou o país perante quatro tarefas simultâneas: construir instituições democráticas, terminar a guerra, descolonizar, reorganizar a economia. Cada uma seria difícil isoladamente. Juntas, produziram um período de enorme criatividade política e de profunda instabilidade.

A segunda parte analisa os ganhos de Abril sem transformar a revolução num objeto sagrado. Examina as nacionalizações, as ocupações, o choque petrolífero, a perda dos mercados coloniais, a integração dos retornados, a Constituição, a adesão à Comunidade Europeia e os fundos recebidos durante quatro décadas.

A tese é que Portugal conquistou uma liberdade indispensável, mas não converteu plenamente essa liberdade em desenvolvimento. O Estado social expandiu-se e melhorou a vida de milhões, ao mesmo tempo que o Estado fiscal, administrativo e partidário

acumulou ineficiências. As infraestruturas modernizaram-se, mas a produtividade permaneceu distante da média europeia. O país recebeu recursos externos sem construir uma economia suficientemente autónoma e inovadora.

Não se trata de comparar nostalgicamente uma ditadura com uma democracia. Uma democracia deve ser comparada com as possibilidades que a própria liberdade abriu. Cinquenta e dois anos depois, a pergunta já não pode ser apenas o que Abril derrubou. Deve ser também o que a democracia construiu, o que desperdiçou e por que razão continua tantas vezes a pedir mais dinheiro para resolver problemas que se tornaram permanentes.

CAPÍTULO 1

A liberdade como ganho irreversível

A liberdade não dispensa resultados; permite exigí-los.

O primeiro dever de uma crítica séria ao Portugal democrático é reconhecer aquilo que mudou de forma decisiva. Depois de 25 de Abril, os portugueses puderam organizar partidos, publicar jornais sem censura prévia, formar sindicatos livres, escolher governantes e substituir o poder através de eleições.

Estas conquistas não são abstratas. Alteraram vidas. Um trabalhador podia fazer greve sem cometer um crime político. Um estudante podia contestar o Governo. Um escritor podia publicar sem enviar provas a um censor. Uma mulher ganhou progressivamente direitos civis e profissionais que o antigo regime limitava. Os presos políticos saíram das cadeias.

A eleição para a Assembleia Constituinte, em 1975, teve participação extraordinária e legitimou a construção institucional. A Constituição de 1976 estabeleceu direitos, separação de poderes e um quadro democrático que seria revisto ao longo das décadas. A alternância entre partidos tornou-se normal.

A liberdade, contudo, não garante por si só boa governação. Permite denunciar erros, mas não impede que sejam repetidos. Permite substituir governos, mas não assegura que os partidos

ofereçam alternativas estruturais. A democracia cria mecanismos de correção; cabe às instituições e aos cidadãos utilizá-los.

Durante muito tempo, a legitimidade histórica do 25 de Abril funcionou como proteção retórica das escolhas posteriores. Criticar nacionalizações, políticas económicas ou excessos revolucionários era frequentemente apresentado como ataque à liberdade. Esta fusão entre regime democrático e decisões contingentes empobreceu o debate.

É possível defender Abril e rejeitar o PREC. É possível valorizar o Serviço Nacional de Saúde e criticar a gestão pública. É possível reconhecer a expansão escolar e questionar a qualidade do ensino. Uma democracia adulta não exige gratidão silenciosa; exige avaliação.

O principal legado de Abril foi devolver a política aos cidadãos. O paradoxo português é que, com o tempo, os partidos profissionais passaram a ocupar grande parte desse espaço. A participação eleitoral diminuiu, a confiança nas instituições oscilou e a política tornou-se carreira para muitos dos que deveriam tratá-la como serviço temporário.

A liberdade continua intacta no essencial, mas pode tornar-se formalmente robusta e socialmente cansada. Quando os cidadãos acreditam que a alternância muda nomes sem alterar práticas, o regime perde energia. A resposta não é desejar autoridade sem eleições. É exigir que a democracia cumpra melhor as suas promessas.

O 25 de Abril merece ser defendido precisamente porque permite esta crítica. A ditadura não aceitava que os cidadãos julgassem o Governo. A democracia existe para ser julgada todos os dias, não apenas celebrada uma vez por ano.



CAPÍTULO 2

Descolonizar: necessidade, pressão e colapso

O que foi adiado durante anos teve de ser resolvido em meses.

Terminar a guerra era inevitável. O modo de descolonizar não estava inteiramente determinado. Em 1974, Portugal enfrentava movimentos armados, divisões militares, pressão internacional e um Estado em transformação. A margem de negociação era muito menor do que teria sido anos antes, mas ainda existiam escolhas.

O novo poder assumiu rapidamente o princípio da autodeterminação e da independência. A decisão libertou os militares de uma guerra sem saída, mas abriu processos acelerados em territórios muito diferentes. Na Guiné-Bissau, o PAIGC possuía uma posição dominante. Em Moçambique, a FRELIMO assumiu o poder. Em Angola, a rivalidade entre MPLA, FNLA e UNITA conduziu à guerra civil, alimentada por potências externas.

Centenas de milhares de portugueses e pessoas ligadas a Portugal abandonaram África. Chegaram com poucas posses, memórias traumáticas e necessidade urgente de habitação e trabalho. A sociedade portuguesa demonstrou capacidade notável de integração, embora muitos tenham enfrentado hostilidade e burocracia.

A narrativa moral tende a dividir vítimas e culpados de forma simples. O colonialismo produziu exploração, desigualdade e violência. Os movimentos africanos tinham direito à autodeterminação. Mas reconhecer esse direito não elimina a obrigação de preparar transições, proteger civis, garantir patrimónios e evitar abandonos administrativos.

A rapidez foi condicionada pela instabilidade em Lisboa. O MFA, o Governo, os partidos e as facções militares tinham projetos diferentes. As negociações ocorreram enquanto o próprio Estado português disputava quem mandava. A capacidade para impor garantias era reduzida.

Uma descolonização iniciada por Marcelo anos antes teria enfrentado resistências, mas disporia de mais tempo, autoridade administrativa e capacidade económica. Em 1974, a revolução pagou o preço do adiamento. O país teve de resolver em meses aquilo que recusara discutir durante anos.

Os efeitos económicos foram grandes. Perderam-se mercados, ativos, redes empresariais e fluxos comerciais. As colónias representavam parte relevante das exportações e importações metropolitanas. A economia portuguesa absorveu simultaneamente o choque externo, o regresso populacional e a mudança política.

A integração dos retornados acabou por contribuir para dinamismo empresarial, competências e transformação social. Muitas pessoas reconstruíram vidas e criaram empresas. Este sucesso

posterior não deve esconder o sofrimento inicial nem justificar a improvisação.

A descolonização era moral e politicamente necessária. A forma concreta foi condicionada por uma revolução que herdou um problema adiado até ao limite. A responsabilidade histórica distribuiu-se: o antigo regime recusou negociar; o novo poder nem sempre conseguiu organizar.



CAPÍTULO 3

O PREC e a disputa pelo futuro

A participação pode libertar uma sociedade e, sem regras, fragmentá-la.

Entre 1974 e 1975, Portugal viveu um período em que quase tudo parecia possível. O Processo Revolucionário em Curso foi simultaneamente uma explosão de participação, uma luta entre projetos incompatíveis e uma ameaça permanente à construção de uma democracia plural.

Comissões de trabalhadores, moradores e soldados surgiram em todo o país. Empresas foram ocupadas, terras tomadas, jornais disputados e unidades militares politizadas. Para muitos cidadãos, era a primeira oportunidade de participar diretamente. Para outros, era a dissolução da autoridade e da propriedade.

As forças políticas não pretendiam todas o mesmo regime. Socialistas, comunistas, sociais-democratas, democratas-cristãos, extrema-esquerda e militares tinham visões distintas. Setores defendiam uma democracia parlamentar europeia; outros procuravam modelos de poder popular ou transição socialista sob tutela militar.

As eleições de 1975 mostraram forte apoio a partidos favoráveis ao pluralismo, mas a legitimidade eleitoral coexistia com a legitimidade revolucionária invocada por unidades militares e movimentos sociais. Esta dualidade alimentou conflito.

O Verão Quente de 1975 revelou a polarização. Sedes partidárias foram atacadas, meios de comunicação ocupados, greves multiplicaram-se e o risco de confronto civil aumentou. O 25 de Novembro encerrou a fase mais radical e consolidou a via democrática parlamentar.

O PREC deixou conquistas e feridas. A mobilização popular acelerou direitos laborais, participação e consciência política. Mas a instabilidade reduziu investimento, provocou fuga de capitais, interrompeu decisões empresariais e afastou quadros. A economia não funciona apenas com propriedade; funciona também com expectativas. Quando ninguém sabe quem controlará uma empresa no mês seguinte, o investimento congela.

A crítica ao PREC não deve negar a injustiça anterior. Muitas empresas praticavam salários baixos, autoritarismo laboral e dependência do Estado. A reforma era necessária. A questão é se ocupações e controlo político produziram empresas mais eficientes ou apenas transferiram problemas para o setor público.

A revolução colocou direitos sociais no centro do debate, mas também difundiu a ideia de que a legitimidade de uma decisão dependia da intensidade da mobilização, não apenas de regras gerais. Esta cultura deixaria marcas na relação entre grupos organizados e Estado.

Portugal evitou uma guerra civil e consolidou eleições. Esse resultado não era garantido. O mérito pertence a forças políticas, militares e sociais que aceitaram limites. Mas o custo económico e

institucional da disputa foi real e não precisa de ser escondido para preservar a memória da liberdade.



CAPÍTULO 4

Nacionalizar não era a única forma de reformar

Mudar o proprietário não muda automaticamente a qualidade do poder.

Em março de 1975, a banca e os seguros foram nacionalizados. Seguiram-se setores industriais, transportes, energia e outras atividades. A Constituição de 1976 incorporou um horizonte de transição para o socialismo e protegeu as nacionalizações realizadas.

A decisão foi apresentada como resposta ao poder dos grandes grupos económicos e a alegadas tentativas de sabotagem. Existiam razões para reformar a banca, limitar concentrações e impedir que o crédito fosse controlado por famílias com influência política. Mas entre regulação forte e expropriação generalizada existia um vasto campo de alternativas.

Ao nacionalizar a banca, o Estado tornou-se proprietário do principal mecanismo de financiamento da economia. Isso permitiu orientar crédito e apoiar empresas, mas também abriu espaço à interferência política, acumulação de prejuízos e financiamento de projetos sem disciplina suficiente.

A nacionalização de empresas transferiu para o Estado responsabilidades de gestão que exigiam capital, conhecimento e autonomia. Algumas empresas eram estratégicas e podiam justificar

participação pública. Outras foram absorvidas num movimento ideológico que não avaliou individualmente eficiência, necessidade ou custo.

Os antigos proprietários perderam ativos e confiança. O investimento privado recuou. Muitos empresários e quadros saíram do país. A bolsa encerrou. A propriedade passou a depender de decisões revolucionárias, criando uma incerteza que continuaria mesmo depois da estabilização política.

Os defensores das nacionalizações sublinham que o setor privado anterior era concentrado, protegido e pouco competitivo. Têm razão. O antigo regime criara condicionamento industrial, relações privilegiadas e barreiras. Mas corrigir capitalismo de compadrio através de propriedade estatal não eliminou o compadrio; mudou frequentemente os seus administradores.

Décadas depois, as privatizações inverteriam parte do processo, também nem sempre com transparência ou visão estratégica. O pêndulo português passou da estatização ideológica para a privatização financeira, sem construir suficientemente instituições reguladoras independentes.

A alternativa teria sido uma reforma concorrencial: supervisão bancária, impostos progressivos, leis antimonopólio, participação de trabalhadores, abertura a novos investidores e tribunais eficazes. Exigiria capacidade institucional que o país talvez ainda não possuísse plenamente, mas preservaria incentivos produtivos.

As nacionalizações não explicam sozinhas a crise económica. O choque petrolífero, a descolonização e a recessão internacional foram decisivos. Contudo, agravaram a incerteza, aumentaram responsabilidades do Estado e deixaram uma herança financeira pesada.

A liberdade política não exigia a nacionalização da economia. Essa foi uma escolha do processo revolucionário, não uma condição da democracia.



CAPÍTULO 5

Três crises sobrepostas

A economia não suspende as suas leis para respeitar o calendário das revoluções.

A recessão portuguesa entre 1973 e 1978 não pode ser atribuída a uma única causa. Estudos económicos identificam três crises sobrepostas: o choque petrolífero internacional, a transformação revolucionária interna e a descolonização. Cada uma seria suficiente para produzir dificuldades; juntas criaram uma das mais longas recessões da história contemporânea portuguesa.

O primeiro choque começou antes do 25 de Abril. A guerra do Yom Kippur e a subida do preço do petróleo atingiram economias importadoras de energia. A procura externa abrandou, a inflação aumentou e o modelo de crescimento europeu do pós-guerra perdeu dinamismo.

A segunda crise foi política e institucional. Greves, aumentos salariais, ocupações, nacionalizações e incerteza reduziram investimento e produção. Algumas medidas corrigiram salários injustamente baixos, mas a produtividade não acompanhou sempre os custos. O financiamento monetário e os défices pressionaram inflação e balança de pagamentos.

A terceira crise resultou do fim do império. Portugal perdeu mercados, recebeu centenas de milhares de retornados e reorganizou fluxos comerciais. Empresas com ativos em África viram património

desaparecer. O Estado teve de responder a necessidades sociais urgentes.

A combinação explica por que razão é intelectualmente desonesto atribuir toda a recessão à revolução ou absolver inteiramente as políticas revolucionárias. A crise internacional teria atingido Portugal. A forma da transição agravou alguns efeitos e criou outros.

O país recorreu ao Fundo Monetário Internacional em 1977. A necessidade de estabilização revelou os limites de uma política que expandira procura e responsabilidades públicas sem capacidade externa suficiente. O equilíbrio foi recuperado com custos sociais e contenção.

A economia voltou a crescer, mas o padrão de instabilidade e correção repetiria-se. Portugal conheceu novos programas com o FMI e, décadas depois, assistência internacional durante a crise do euro. A dificuldade em conciliar despesa, produtividade e contas externas tornou-se recorrente.

Os retornados contribuíram para aumentar oferta de trabalho, empreendedorismo e consumo. A integração foi uma das realizações sociais mais impressionantes do período, embora raramente seja tratada como política de desenvolvimento.

A lição das três crises é que as transições políticas ocorrem dentro da economia mundial. A liberdade não suspende preços de energia, reservas externas ou confiança. Governos democráticos têm de respeitar essas restrições sem abandonar justiça social.

Portugal entrou na democracia com esperança enorme e margem financeira reduzida. O desafio seguinte seria construir instituições estáveis e procurar na Europa o apoio que a economia nacional não conseguia gerar sozinha.



CAPÍTULO 6

A Constituição e a normalização democrática

A democracia começou a consolidar-se quando a disputa regressou dos quartéis às urnas.

A Constituição de 1976 nasceu de um compromisso entre a legitimidade eleitoral e a herança revolucionária. Consagrou direitos, liberdades, separação de poderes e garantias sociais, mas incorporou também referências à transição para o socialismo e um papel relevante das Forças Armadas.

O texto refletia o equilíbrio possível após o PREC. Não era apenas uma obra jurídica; era um armistício político. Permitiu eleições legislativas, governos constitucionais e uma Presidência com legitimidade democrática.

As revisões constitucionais posteriores reduziram a carga ideológica, extinguiram estruturas de tutela militar e permitiram privatizações. A Constituição demonstrou capacidade de adaptação sem rutura, uma das forças do regime democrático.

A normalização não eliminou problemas. Os governos eram frágeis, a economia instável e a administração pública precisava de modernização. Mas a disputa passou progressivamente dos quartéis para o parlamento e as urnas.

O Serviço Nacional de Saúde, criado em 1979, tornou-se símbolo do Estado social. A expansão escolar, a segurança social e as infraestruturas melhoraram condições de vida. A mortalidade infantil caiu, a esperança de vida aumentou e o acesso à universidade alargou-se.

Estes ganhos exigiram receita fiscal e capacidade administrativa. Comparar diretamente a carga fiscal de 1973 com a atual sem considerar os serviços prestados seria incompleto. O Estado democrático assumiu funções que o Estado Novo não oferecia universalmente.

Mas reconhecer a necessidade de impostos não significa aceitar qualquer nível de desperdício. O Estado social depende de eficiência, porque cada recurso mal utilizado reduz a capacidade de cuidar, ensinar e proteger. A crítica à administração não é um ataque aos direitos; pode ser a sua defesa mais exigente.

A normalização democrática criou ainda um sistema partidário estável, dominado por PS e PSD, com participação de outras forças. A alternância protegeu contra a captura total por um partido, mas também formou redes de nomeações, interesses e carreiras que atravessaram o Estado.

A democracia portuguesa mostrou resistência. Sobreviveu a crises, governos minoritários, recessões e escândalos. O problema não é falta de estabilidade constitucional. É a distância entre estabilidade política e transformação económica.

A Constituição criou o quadro. O desenvolvimento dependeria da qualidade das escolhas feitas dentro dele.



CAPÍTULO 7

1986: a segunda grande oportunidade

A Europa ofereceu recursos; a estratégia teria de ser portuguesa.

A adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986, foi a segunda grande oportunidade histórica do Portugal democrático. Ofereceu acesso a mercados, fundos, regras, investimento e uma âncora institucional externa.

A integração europeia consolidou a democracia. Portugal deixou de ser periferia política e tornou-se membro de uma comunidade de Estados democráticos. A legislação foi modernizada, as fronteiras económicas abriram-se e o país recebeu recursos para infraestruturas, formação, agricultura e empresas.

Desde a adesão, Portugal recebeu mais de 110 mil milhões de euros apenas em política de coesão, segundo a Comissão Europeia. A dimensão do apoio não tem precedente na história nacional. Estradas, saneamento, escolas, hospitais, telecomunicações, requalificação urbana e formação beneficiaram desses fundos.

Os resultados são visíveis. O país de 1986 tinha deficiências básicas que foram reduzidas. O abastecimento de água, tratamento de resíduos, acessibilidades e equipamentos públicos melhoraram. Seria

absurdo afirmar que o dinheiro europeu desapareceu inteiramente em corrupção ou consultoria.

A questão crítica é a qualidade da transformação. Parte do investimento favoreceu construção e infraestruturas físicas, enquanto a produtividade, a escala empresarial, a inovação e a gestão permaneceram frágeis. O país tornou-se mais confortável sem se tornar proporcionalmente mais produtivo.

Os fundos criaram ainda uma cultura de candidatura. Projetos eram concebidos para cumprir programas, não necessariamente para responder a estratégias duradouras. Municípios, empresas e associações aprenderam a procurar financiamento, mas nem sempre a avaliar resultados após o fim do apoio.

A entrada no mercado europeu expôs setores tradicionais à concorrência. Agricultura e indústria sofreram ajustamentos. Algumas empresas modernizaram-se; outras desapareceram. O turismo e os serviços ganharam peso.

A moeda única reduziria custos financeiros, mas retiraria instrumentos cambiais. A economia portuguesa beneficiou de juros baixos sem utilizar plenamente o período para aumentar produtividade. O crédito financiou consumo, habitação e setores protegidos mais do que investimento exportador.

A Europa não impôs a Portugal a mediocridade. Forneceu recursos e regras. As escolhas nacionais determinaram grande parte do resultado. Países que partiram de níveis semelhantes convergiram

mais rapidamente porque investiram em educação de qualidade, indústria, tecnologia e instituições.

A segunda oportunidade não foi perdida totalmente. O país melhorou de forma profunda. Foi, porém, utilizada abaixo do potencial. A diferença entre melhoria e convergência é o espaço onde se encontra a frustração portuguesa.



CAPÍTULO 8

Do Estado social ao Estado fiscal

O imposto é um contrato político: cobra esforço e promete resultado.

O Estado democrático expandiu funções essenciais. Saúde, educação, pensões, proteção no desemprego, apoios sociais e investimento público exigem receita. O IVA, aprovado no contexto da adesão europeia e em vigor desde 1986, substituiu o antigo imposto de transações e tornou-se uma das principais fontes fiscais.

A taxa normal subiu ao longo do tempo até aos atuais 23 por cento no continente. A carga fiscal aumentou porque o Estado passou a fazer mais, a população envelheceu e as despesas sociais cresceram. Parte desse aumento é explicável e legítima.

O problema surge quando o contribuinte não reconhece nos serviços a dimensão do esforço. Listas de espera, falta de médicos, atrasos judiciais, escolas degradadas, transportes insuficientes e burocracia digital ou presencial criam a sensação de pagar um Estado europeu e receber uma administração intermitente.

A despesa pública contém compromissos difíceis de reduzir: pensões, salários, dívida, saúde e educação. A margem para investimento estratégico fica condicionada. Governos recorrem a impostos indiretos e taxas, menos visíveis na decisão quotidiana, mas acumulados em energia, combustíveis, automóveis, imóveis e consumo.

A democracia produziu também estruturas sobrepostas, institutos, empresas municipais, observatórios e mecanismos de regulação. Algumas são necessárias; outras sobrevivem porque extinguir organismos cria conflitos políticos. O Estado raramente elimina uma função, mesmo quando deixa de saber justificar a sua existência.

A crítica liberal tende a subestimar o valor dos serviços universais. A crítica estatista tende a tratar qualquer redução de despesa como ataque social. Entre ambas existe a questão principal: que resultados produz cada euro?

Um Estado social sustentável depende de produtividade. Países ricos financiam direitos amplos porque cada trabalhador e empresa gera mais valor. Portugal tentou muitas vezes compensar baixa produtividade com impostos, dívida e fundos externos. Essa combinação tem limites.

A transparência orçamental melhorou, mas continua difícil ao cidadão perceber custos totais, benefícios e responsabilidades. Parcerias público-privadas, concessões e contratos de longo prazo transferem despesas para o futuro, longe do momento político da decisão.

O Estado fiscal não é necessariamente inimigo da liberdade. Pode financiá-la, garantindo saúde, educação e segurança. Torna-se problema quando cobra como instrumento de desenvolvimento, mas gasta como mecanismo de manutenção política.

A pergunta não é se devemos pagar impostos. É se o Estado está organizado para merecer o que cobra.



CAPÍTULO 9

A convergência que parou

Estar melhor do que no passado não basta quando o futuro avança mais depressa.

Portugal aproximou-se da média europeia em várias fases, sobretudo após a adesão. Contudo, estudos do Banco de Portugal indicam que a convergência real estagnou nas últimas décadas. A produtividade permanece significativamente abaixo da média da União Europeia.

A explicação não cabe num culpado único. O tecido empresarial é composto por muitas micro e pequenas empresas, frequentemente com baixa capitalização e gestão familiar. A escolaridade melhorou, mas a qualidade e adequação das competências continuam desiguais. O investimento em investigação cresceu, porém a ligação entre universidades e empresas é limitada.

A especialização em setores de baixo e médio valor acrescentado reduz salários. Turismo, restauração, construção e serviços pessoais são importantes, mas não podem substituir uma base tecnológica e industrial diversificada. O país exporta bens e serviços com sucesso, mas ainda tem dificuldade em criar grandes empresas globais.

A burocracia, a lentidão judicial e a instabilidade fiscal aumentam custos. Uma empresa precisa de previsibilidade para investir. Quando licenças, tribunais e impostos mudam lentamente ou de forma errática, projetos deslocam-se.

A demografia agrava o problema. A população envelhece, jovens qualificados emigraram em diferentes vagas e a imigração tornou-se necessária para sustentar trabalho e segurança social. Integrar novos residentes é uma oportunidade, mas exige habitação, educação e serviços.

O sistema político prefere medidas com efeito eleitoral rápido. A produtividade exige reformas cujos resultados aparecem anos depois: ensino exigente, formação técnica, justiça económica, concorrência, capitalização e infraestruturas bem escolhidas. É mais fácil inaugurar uma estrada do que melhorar gestão.

A comparação com países da Europa central e báltica é desconfortável. Alguns receberam fundos mais tarde e ultrapassaram Portugal em indicadores. Não tinham a mesma história, mas demonstram que os recursos europeus não garantem automaticamente convergência.

O país não está condenado. Possui universidades, engenheiros, empresários, energia renovável, posição atlântica e diáspora. A tecnologia digital e a inteligência artificial reduzem algumas desvantagens de escala. Mas aproveitar essas oportunidades exige estratégia contínua, não sucessão de programas com nomes novos.

A democracia portuguesa melhorou o bem-estar absoluto, mas não cumpriu plenamente a promessa relativa: aproximar o país dos mais desenvolvidos. Crescemos, mas outros cresceram mais depressa.

A frustração nasce dessa distância. Depois de décadas de liberdade, fundos e impostos, já não basta dizer que o país está melhor do que em 1974. A comparação relevante é com aquilo que poderia ter sido.



CAPÍTULO 10

A economia política dos privilégios

A corrupção mais cara raramente cabe num envelope.

A democracia substituiu o corporativismo autoritário por instituições plurais, mas não eliminou a proximidade entre poder político e interesses económicos. Concessões, parcerias público-privadas, nomeações e portas giratórias tornaram-se símbolos de uma cultura onde a legalidade formal nem sempre produz confiança.

O problema não é a colaboração entre Estado e empresas. Infraestruturas, energia, telecomunicações e serviços exigem investimento privado. O problema surge quando contratos transferem risco para o contribuinte e garantem rendibilidade ao concessionário, ou quando quem decide em nome do Estado acaba a trabalhar para o beneficiário.

A história das travessias do Tejo ilustra essa tensão. Uma infraestrutura paga pelos portugueses foi integrada numa concessão para financiar outra ponte. Os detalhes contratuais, reequilíbrios e carreiras posteriores suscitaram críticas do Tribunal de Contas e da opinião pública. O caso não prova que toda concessão seja corrupta; mostra por que razão a transparência e a ética são essenciais.

Os partidos dependem de quadros capazes de governar, mas a circulação entre gabinetes, empresas públicas, reguladores e grandes

grupos pode criar redes fechadas. A pequena dimensão do país aumenta contactos e reduz distância social. Quem fiscaliza hoje pode ser administrado amanhã por quem devia fiscalizar.

A justiça criminal deve distinguir prova de suspeita. Chamar corrupto a alguém sem condenação enfraquece a crítica. Mas a responsabilidade política é mais ampla do que o crime. Um contrato pode ser legal e ruinoso; uma nomeação pode ser permitida e indecorosa.

A democracia desenvolveu entidades reguladoras, declarações de interesses e regras de contratação. A eficácia depende de recursos, independência e consequências. Quando relatórios são publicados e ignorados, a fiscalização torna-se ritual.

A corrupção mais destrutiva nem sempre envolve envelopes. Pode ocorrer através de especificações feitas à medida, informação privilegiada, prorrogações, consultorias, indemnizações e decisões cujo custo é distribuído por milhões de contribuintes.

Esta economia política ajuda a explicar por que motivo o Estado parece nunca ter dinheiro suficiente. Parte dos recursos financia direitos e serviços; outra parte perde-se em ineficiência, contratos mal desenhados e proteção de interesses organizados.

A democracia não deve ser julgada por não ter eliminado a natureza humana. Deve ser julgada pela capacidade de criar regras que tornam o abuso difícil, visível e punível. Portugal avançou, mas continua demasiadas vezes a confundir alternância com renovação.



CAPÍTULO 11

A democracia cansada

Um regime pode ser livre, estável e, ainda assim, perder a confiança.

Cinquenta e dois anos depois do 25 de Abril, Portugal possui uma democracia consolidada e uma sociedade frequentemente desiludida. Estas duas afirmações podem ser verdadeiras ao mesmo tempo.

As eleições são livres, a imprensa plural e os tribunais independentes no quadro constitucional. Contudo, a lentidão da justiça, escândalos sucessivos, demissões e promessas não cumpridas alimentam desconfiança. O cidadão não teme a polícia política; teme que ninguém responda por nada.

A profissionalização partidária criou competências, mas também carreiras iniciadas nas juventudes, gabinetes e assessorias. Pessoas com pouca experiência fora da política podem decidir sobre setores complexos. A administração pública torna-se dependente de nomeações e mudanças de Governo.

A comunicação substituiu parte da governação. Estratégias são anunciadas, planos apresentados e metas projetadas. O PowerPoint tornou-se uma forma de soberania: aquilo que aparece no ecrã parece existir antes de chegar ao terreno.

Os meios de comunicação vivem sob pressão económica e ciclos de polémica. Comentadores ocupam espaço que antes pertencia a

investigação. A indignação diária reduz capacidade de memória. Cada caso apaga o anterior antes de produzir consequência.

A desilusão pode alimentar populismo e nostalgia autoritária. É importante responder sem negar problemas. Dizer aos cidadãos que tudo está bem porque podem votar é insuficiente. A liberdade é condição necessária, não certificado de qualidade.

A democracia cansada precisa de instituições que aprendam. Avaliação de políticas, responsabilização, transparência contratual, justiça mais rápida e participação cívica contínua podem restaurar confiança. Não é necessário destruir o regime; é necessário fazê-lo funcionar.

A memória do Estado Novo deve impedir o regresso da autoridade sem direitos. A memória dos erros democráticos deve impedir que Abril seja usado como desculpa para mediocridade permanente.

Um regime vive não apenas das suas origens, mas dos seus resultados. A democracia portuguesa nasceu de uma manhã luminosa. Não pode pedir que essa luz esconda indefinidamente as sombras acumuladas.



CAPÍTULO 12

A segunda oportunidade perdida?

Os países também falham por adiar reformas até que a crise as imponha.

Portugal perdeu entre 1968 e 1974 a oportunidade de realizar uma transição política gradual? A hipótese é plausível, não demonstrável. Perdeu depois de 1986 a oportunidade de convergir mais rapidamente com a Europa? Aqui os dados são mais concretos.

O país recebeu fundos, acesso ao mercado, estabilidade monetária, tecnologia e liberdade de circulação. Melhorou infraestruturas, educação, saúde e condições de vida. Mas a produtividade ficou para trás, a dívida acumulou-se em diferentes períodos e a economia manteve dependências.

A oportunidade não foi totalmente perdida porque os ganhos existem. Foi parcialmente desperdiçada porque os recursos não produziram transformação proporcional. A diferença é importante: o pessimismo absoluto é tão falso quanto o triunfalismo.

A responsabilidade distribui-se por governos, empresas, administração e sociedade. Os eleitores preferem frequentemente benefícios imediatos a reformas difíceis. Empresas procuram subsídios e proteção. Corporações defendem privilégios. Governos adiam decisões para evitar custos eleitorais.

A cultura política portuguesa tende a esperar uma solução externa: fundos europeus, turismo, investimento estrangeiro, emigração ou crédito. Cada mecanismo ajuda, mas nenhum substitui produtividade interna.

A próxima oportunidade pode surgir da transição energética, digitalização, inteligência artificial, economia do mar e reconfiguração industrial europeia. Portugal dispõe de energia renovável, localização atlântica, segurança e talento. Pode atrair centros de dados, indústria tecnológica e investigação.

Mas repetir o modelo de incentivos sem estratégia criará apenas novos anúncios. O desenvolvimento exige escolas exigentes, formação profissional valorizada, justiça rápida, capital nacional, investigação aplicada e administração capaz de executar.

A democracia não precisa de outra revolução. Precisa de uma reforma persistente, menos teatral e mais difícil: substituir a cultura da renda pela cultura do resultado.

Talvez a lição comum às duas oportunidades seja esta: Portugal reconhece frequentemente a necessidade de mudar, mas adia a decisão até que a mudança lhe seja imposta por uma crise, uma revolução ou uma instituição externa.

A maturidade histórica começará quando o país reformar antes de colapsar.



CONCLUSÃO

O futuro que ainda não aconteceu

A terceira oportunidade começa quando deixamos de esperar que alguém a financie por nós.

A história portuguesa entre 1968 e o presente pode ser lida como uma sucessão de encruzilhadas. Marcelo Caetano recebeu um regime que precisava de mudar e não encontrou coragem para abandonar a guerra. O 25 de Abril conquistou a liberdade, mas abriu uma transição marcada por improvisação e conflito. A integração europeia ofereceu recursos sem garantir desenvolvimento.

A tese deste livro não procura reabilitar a ditadura. Um regime sem eleições livres, imprensa independente e direitos políticos não deve ser defendido pela existência de crescimento económico ou obras públicas. O desenvolvimento não compensa a falta de liberdade.

Também não aceita que a liberdade absolva todas as escolhas feitas em seu nome. Nacionalizações, contratos, despesa, impostos e políticas económicas pertencem ao campo da responsabilidade democrática. Podem e devem ser julgados.

O cenário contrafactual de uma transição marcelista recorda que a história contém alternativas. Se a guerra tivesse terminado e o regime aberto, Portugal poderia ter evitado parte da destruição económica e

da descolonização caótica. Poderia também ter preservado elites e desigualdades por mais tempo. Nunca saberemos o saldo.

Sabemos, porém, que a recusa de reformar tornou a revolução necessária. E sabemos que a democracia recebeu condições extraordinárias para modernizar o país. Os resultados são mistos: liberdade, saúde, educação e infraestruturas melhoraram; produtividade, confiança e qualidade institucional ficaram aquém.

O futuro não exige escolher entre Salazar e o PREC, entre autoridade e desordem, entre Estado mínimo e Estado sem limites. Exige construir uma democracia produtiva: livre, social, exigente e responsável.

Portugal precisa de recuperar a capacidade de pensar a longo prazo. Um país não se desenvolve por slogans, comemorações ou candidaturas a fundos. Desenvolve-se quando transforma conhecimento em valor, impostos em serviços e instituições em confiança.

A geração que viveu os últimos anos do regime tem o dever de contar o que viu sem aceitar a reescrita simplista. As gerações seguintes têm o direito de questionar tanto a ditadura como a democracia. A memória não é uma arma partidária; é uma infraestrutura moral.

Talvez Portugal tenha desperdiçado duas oportunidades. A terceira ainda não terminou. Está em cada escola, empresa, laboratório, município e escolha pública. O futuro não será oferecido por uma revolução nem transferido por Bruxelas. Terá de ser

construído por uma sociedade que aprendeu, finalmente, a não confundir liberdade com licença para governar mal.



Cronologia essencial

Data	Acontecimento
1974	Fim da censura, legalização partidária e início da descolonização.
1975	Eleições para a Constituinte; nacionalizações; Verão Quente e 25 de Novembro.
1976	Entrada em vigor da Constituição e primeiros governos constitucionais.
1977	Primeiro programa de estabilização com apoio do FMI.
1979	Criação do Serviço Nacional de Saúde.
1986	Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e entrada em vigor do IVA.
1989	Revisão constitucional que abre caminho a privatizações mais amplas.
1999	Portugal integra a moeda única; circulação física do euro começa em 2002.
2011	Programa de assistência financeira internacional.
2021-2026	Execução do PRR e novo ciclo de investimento europeu.
2026	Quarenta anos de integração europeia e cinquenta e dois anos de democracia.

Fontes e bibliografia selecionada

As referências seguintes sustentam o enquadramento factual. A interpretação e o exercício contrafactual pertencem ao autor.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. 1973-1978: Três crises, uma longa recessão. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/1973-1978-tres-crisis-uma-longa-recessao>

Diário da República. Constituição da República Portuguesa. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

Diário da República. Decreto-Lei n.º 394-B/84: Código do IVA. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/394-b-1984-605547>

Comissão Europeia. Cohesion in Spain and Portugal since accession. https://ec.europa.eu/regional_policy/whats-new/panorama/2026/06/17-06-2026-in-their-40s-and-still-growing-cohesion-in-spain-and-portugal-since-accession_en

Comissão Europeia. Country Report Portugal 2026. https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-surveillance-eu-member-states/country-pages-including-country-reports/country-report-portugal_en

Banco de Portugal. The competitiveness of the Portuguese economy.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202206_en.pdf

Banco de Portugal. The Portuguese economy in the last three decades.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202015_en.pdf

PORDATA. Base de Dados de Portugal e da Europa.

<https://www.pordata.pt/>

OCDE. Revenue Statistics.

https://www.oecd.org/en/publications/revenue-statistics_2522770x.html

Tribunal de Contas. Relatórios de auditoria e fiscalização financeira.

<https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/Pages/default.aspx>

Banco de Portugal. Boletins económicos e estudos de produtividade. <https://www.bportugal.pt/>

Sobre o autor

Francisco Gonçalves nasceu em 1957 e iniciou a sua vida profissional na informática no final da década de 1970. Viveu a fase final do Estado Novo enquanto estudante na Beira Interior e acompanhou, ao longo de mais de quatro décadas, a modernização tecnológica, económica e institucional do país. Programador, arquiteto de sistemas e autor do projeto editorial Fragmentos do Caos, escreve sobre ciência, tecnologia, filosofia e sociedade portuguesa. Este livro cruza memória pessoal, documentação pública e análise contrafactual.